



CONGRESO INTERNACIONAL

CONTESTED_CITIES

EJE 1

Artículo nº 1-521

**NATUREZA URBANA E PRODUÇÃO DO COMUM
GRUPO INDISCIPLINAR: MÉTODO, ATIVISMO E
TECNOPOLÍTICA NA DEFESA DOS BENS COMUNS
URBANOS**

**MARCELA SILVIANO BRANDÃO LOPES
LUCIANA BRAGANÇA
ANA ISABEL ANASTASIA DE SÁ
NATACHA RENA**

NATUREZA URBANA E PRODUÇÃO DO COMUM

Grupo Indisciplinar: método, ativismo e tecnopolítica
na defesa dos bens comuns urbanos

Marcela Silvano Brandão Lopes
Professor Adjunto I- Universidade Federal de Minas Gerais
marcelasbl.arq@gmail.com

Luciana Bragança
Professor Assistente I- Universidade Federal de Minas Gerais
lubraganca@gmail.com

Ana Isabel Anastasia de Sá
Professor EBTT- Instituto Federal de Minas Gerais
isabelanastasia@gmail.com

Natacha Rena
Professor Adjunto II- Universidade Federal de Minas Gerais
natacharena@gmail.com

RESUMO

Esse artigo pretende fazer uma aproximação entre as pautas de três movimentos de luta e resistência urbana da atualidade: Preservação da Natureza, Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural e Direito à Moradia Digna para todos os cidadãos. A unificação dessas pautas se apoia e se justifica pela busca de uma cidade mais justa e focada nos anseios de sua população. Todos esses movimentos têm como opositor a voracidade do capital imobiliário, que, de maneira recorrente, cria justificativas e estratégias para priorização de políticas que excluem e ignoram tanto o verde, quanto a cultura não rentável, como também qualquer possibilidade de moradia para os pobres que, de fato, seja inserida na cidade. É possível identificar a intensificação dos movimentos contra os processos de urbanização neoliberal no Brasil. Porém, mesmo com toda a potência dessas lutas, tais movimentos costumam atuar de forma independente, e em diversas ocasiões são colocados em lados opostos, como se a questão ambiental, por exemplo, fosse antagônica à pauta social ou à cultural, e vice-versa. Mesmo que em alguns momentos haja fronteiras delicadas e conflitos de interesses, a separação e o antagonismo entre esses movimentos são de grande valia aos interesses do capital. Tendo esse entendimento como premissa, as autoras desse artigo, pesquisadoras do grupo INDISCIPLINAR, organizaram um seminário, para que alguns representantes desses movimentos pudessem trocar experiências e hibridar suas pautas. Nesse encontro, ficou claro que vários dos impasses mencionados são muito similares, como também várias das estratégias adotadas são muito semelhantes. Concluiu-se, então, que sistematizar os desafios e os avanços permitirá a potencialização do que já se faz de positivo e possibilitará a ativação de nossas táticas para romper as barreiras que ainda se encontram nos caminhos. Por fim, uma difícil questão permanece como desafio a ser enfrentado: como construir processos autônomos e autogestionários sem perder o apoio necessário do Estado?

PALAVRAS CHAVE: natureza, moradia, cultura, capitalismo cognitivo, resistências biopotentes

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo fazer uma aproximação entre as pautas de três movimentos de luta e resistência urbana da atualidade: Preservação da Natureza, Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural e Direito à Moradia Digna para todos os cidadãos. A unificação dessas pautas se apoia e se justifica pela busca de equidade, por uma cidade mais justa e focada nos anseios de sua população.

Todos esses movimentos têm como opositor a voracidade do capital imobiliário, que, de maneira recorrente, cria justificativas e estratégias para priorização de políticas que excluem e ignoram tanto o verde, quanto a cultura não rentável, como também qualquer possibilidade de moradia para os pobres que, de fato, seja inserida na cidade.

Entretanto, é possível identificar a intensificação dos movimentos contra os processos de urbanização neoliberal no Brasil, como no caso da pauta que aborda a preservação da natureza. Pensando em estratégias para intensificar as propostas desses movimentos, foi feita, em Belo Horizonte, a articulação da REDE VERDE no ano de 2015, que hoje se constituiu como uma rede de apoio mútuo, compartilhando experiências entre os seus ativistas, tanto na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Fica Fícus, Salve a Serra da Gandarela, Parque Jardim América, Salve a Mata do Planalto -, quanto em outras regiões do país – como, por exemplo, o Parque Augusta, em São Paulo.

O mesmo pode ser dito sobre movimentos culturais diversos, que se manifestam fora dos museus e galerias. Essas ações sobrevivem à parte das políticas de financiamentos, tendo em vista que tais políticas estão vinculadas às parcerias de grandes empresas com o poder público, mas que na prática beneficiam apenas pequenos grupos de artistas e agentes culturais reconhecidos, como diria Foucault (1979), por alguma instância de saber e poder. Essas lutas são movidas pelo patrimônio incorporado ao cotidiano das pessoas e reconhecido pela produção de bens e espaços comuns e não pelo lucro que gera. Vale ressaltar aqui as ações do Espaço Comum Luiz Estrela, em Belo Horizonte, e do grupo Ocupe Estelita, em Recife.

Nesse mesmo contexto neoliberal, a transformação das cidades em mercados estratégicos e a expulsão da população mais pobre dos centros urbanos acarretaram uma crescente oposição a essa dinâmica imobiliária, por meio de movimentos sociais organizados que lutam pelo direito à moradia e pelo direito à cidade, no sentido amplo do termo. Em Belo Horizonte, é possível destacar as ações das ocupações urbanas da região do Barreiro.

Porém, mesmo com toda a potência dessas lutas, tais movimentos costumam atuar de forma independente, e em diversas ocasiões são colocados em lados opostos, como se a questão ambiental, por exemplo, fosse antagônica à pauta social ou à cultural, e vice-versa. Parques, praças, jardins, áreas de preservação ambiental e pontos de cultura são fundamentais para a qualidade da vida, garantindo mais saúde e locais coletivos para que todos os cidadãos possam viver e compartilhar espaços de convívio e de encontro da cidade, independentemente de seu poder aquisitivo. Em suma, a luta por uma cidade mais verde, por uma cidade mais diversa em termos culturais e por uma cidade mais justa deveria ser uma só!

Mesmo que em alguns momentos haja fronteiras delicadas e conflitos de interesses, a separação e o antagonismo entre esses movimentos são de grande valia aos interesses do capital. Entretanto, é importante ressaltar que a aproximação aqui anunciada não pretende o apagamento das diferenças e das singularidades de cada pauta. Interessa-nos a potencialização de práticas diversas e heterogêneas, cujo propósito seja a produção do comum (HARDT, NEGRI, 2009), não para fins de acumulação, mas para ser compartilhado e distribuído de maneira coletiva.

Tendo esse entendimento como premissa, as autoras desse artigo organizaram em fevereiro de 2016 um seminário em Belo Horizonte, dentro de um evento maior, Verão Arte Contemporânea (VAC), para que alguns representantes desses movimentos acima citados pudessem trocar experiências e hibridar suas pautas.

A partir das discussões realizadas nesse evento este artigo buscará a sistematização das tangências e divergências identificadas, no intuito de fortalecer os avanços e desviar dos impasses. Como primeiro desdobramento dessa sistematização, uma disciplina foi ministrada na Escola de Arquitetura da Universidade federal de Minas Gerais (UFMG), cujo objetivo era o desenvolvimento de propostas para o conflito entre moradia e o verde presente nas ocupações urbanas do Barreiro. Novas questões surgiram a partir dessa experiência.

2. NATUREZA URBANA E REDE VERDE

A frente de ação "Natureza Urbana" faz parte de projetos extensionistas ligados ao Programa de Extensão INdLab – Laboratório Nômade do Comum que está associado ao grupo de pesquisa Indisciplinar da UFMG, que atua em relação direta com movimentos sociais, ambientais e culturais lutando em defesa do meio ambiente urbano. O grupo parte do pressuposto de que há um imenso depósito de riqueza comum nas metrópoles atuais e que essas riquezas devem ser preservadas.

As atividades da frente de ação Natureza Urbana se iniciaram em fevereiro de 2013, com participação efetiva de alguns pesquisadores do grupo na construção de uma rede formada para lutar pela preservação de uma alameda de ficus, situada numa região importante da cidade de Belo Horizonte. Essa teia se organizou e passou a configurar o movimento "Fica Ficus".

Entre 2013 e 2015, com a intensificação dos movimentos de resistência e luta contra os processos de urbanização neoliberal no Brasil, o grupo Indisciplinar passou a articular junto a outros grupos uma rede de apoio mútuo, no intuito de compartilhar experiências ativistas tanto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, quanto movimentos de outras regiões do país e do mundo. No início de 2015, essa rede tornou-se a "Rede Verde" (Foto 1), agregando e conectando movimentos como "Salve a Mata do Planalto" e a criação do "Parque Jardim América".

Foto 1: Folder da Rede verde



Fonte: < http://naturezaurbana.indisciplinar.com/?page_id=316 > Acesso: 31 maio de 2016

Desse modo, o grupo Indisciplinar, que se torna mais um ator de fato atuante desta rede, vem discutindo e construindo a organização de um conjunto de ações que possam qualificar o debate em defesa da produção do comum urbano, tanto no que diz respeito

aos processos de produção biopolítica afetiva considerado por Hardt e Negri (2011) como “comum artificial”, quanto no que diz respeito à preservação e ao incentivo dos bens comuns com foco na natureza urbana, denominados pelos autores como “comum natural”.

“As diferenças políticas primárias entre os movimentos, a meu ver, como as antinomias que até certo ponto se sustentam por trás deles, decorrem do fato que eles focam em formas distintas do comum, formas que têm qualidades dissimilares. Por um lado, para os movimentos da mudança climática e ecológicos em geral, o comum se refere primariamente à Terra e seus ecossistemas, inclusive a atmosfera, oceanos, rios e florestas, bem como todas as formas de vida que interagem com eles. Movimentos sociais anticapitalistas, por outro lado, geralmente entendem o comum em termos de produtos do trabalho e criatividade humanos, que compartilhamos, tais como ideias, conhecimentos, imagens, códigos, afetos, relacionamentos sociais e coisas do tipo. Esses bens comuns estão se tornando cada vez mais centrais na produção capitalista — um fato que tem uma série de consequências importantes para os esforços de conservação ou reforma do sistema capitalista, assim como aos projetos de resistir a ele ou derrubá-lo. Como primeiras aproximações, se podem chamar esses dois campos de: comum ecológico e comum social/econômico; ou comum natural e artificial, — embora essas categorias rapidamente se mostrem insuficientes.” (HARDT, 2012)

3. SEMINÁRIO INDISCIPLINAR-VAC

Em fevereiro de 2016, no intuito de potencializar as discussões e as ações da Rede Verde, o grupo Indisciplinar participou da organização e curadoria de um seminário (foto 2), inserido em um evento que já faz parte do calendário oficial da cidade de Belo Horizonte, o Verão Arte Contemporânea (VAC). A proposta inicial era reunir, presencialmente, os grupos que compunham na Rede Verde. Durante as discussões preparatórias do seminário, resolvemos agregar à pauta da preservação do verde a discussão acerca da Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, e convidamos o grupo Ocupe Estelita, atuante em Recife, além dos representantes do Espaço Comum Luiz estrela, movimento cultural de Belo Horizonte. Ademais, buscando recuperar uma reflexão iniciada em abril de 2015 no grupo Indisciplinar, sobre a relação conflituosa entre os movimentos de luta pela preservação do verde e os movimentos de luta pela moradia, resolvemos inserir na pauta do seminário a discussão sobre o Direito à Moradia Digna para todos os cidadãos.

A hibridação dessas pautas se apoia e se justifica pela busca de equidade e de uma cidade mais justa e focada nos anseios de sua população. Partimos do pressuposto de que todos esses movimentos têm como opositor a voracidade do capital imobiliário, que, de maneira recorrente, cria justificativas e estratégias para priorização de políticas que excluem e ignoram tanto o verde, quanto a cultura não rentável, como também qualquer possibilidade de moradia para os pobres que, de fato, seja inserida na cidade.

Foto 2: Folder de divulgação do evento Natureza Urbana e Produção do comum



Fonte: <<https://www.facebook.com/naturezaurbanavac2016/?fref=ts>> Acesso: 31 maio de 2016

Os grupos que participaram desse seminário foram:

3.1. Fica Ficus

Apesar de ser uma cidade relativamente jovem, Belo Horizonte, aos longos dos anos, vem perdendo seus espaços verdes e sofrendo alterações e descaracterizações. Em 1963, por exemplo, houve um corte radical das árvores que compunham o canteiro central de uma importante avenida da cidade, a Avenida Afonso Pena, justificado pela prefeitura pela identificação de uma praga na vegetação, sem nenhuma possibilidade de tratamento.

Quando em março de 2013, um episódio similar se repetiu, dessa vez na alameda da Avenida Bernardo Monteiro, cujos ficus foram atacada pela “mosca branca, muitas pessoas se mobilizaram no intuito de encontrar soluções alternativas ao corte radical pretendido pela prefeitura. Nasceu, então, o movimento "Fica Ficus" , que ganhou dimensão pela mobilização nas redes sociais, garantindo o cancelamento de derrubada de árvores. (foto 3)

Foto 3: Evento para divulgação do movimento fica Ficus



Fonte: <<https://www.facebook.com/ficaficus/photos/pb.240335302814083.-2207520000.1465106569./241568362690777/?type=3&theater>> Acesso: 31 maio de 2016

3.2. Parque Jardim América

No bairro Jardim América, em Belo Horizonte, há uma grande área verde de, aproximadamente, 21 mil m². Apesar de ser a única área verde do bairro, está em tramitação na prefeitura do município um projeto de edificação de um condomínio, para ser construído no local. Os moradores do entorno se posicionam contrários ao empreendimento, tendo em vista a destruição completa da referida área verde e seus significativos impactos ambientais para a região. Tais cidadãos se articularam e criaram o "Grupo Organizado de Moradores & Usuários do bairro Jardim América", visando a preservação desta área verde e sua transformação em um parque , de uso aberto para a população, para atividades ligadas ao lazer, práticas esportivas e agricultura urbana. (foto 4)

Foto 4: Folder de divulgação de reunião do movimento Parque Jardim América



Fonte: <<https://www.facebook.com/ParqueJAbh/photos/a.1532259430371127.1073741828.1530980260499044/1696148047315597/?type=3&theater>> Acesso: 31 maio de 2016

3.3. Salve a Mata do Planalto

O movimento "Salve a Mata do Planalto" é composto pelos moradores do entorno da mata, que se organizaram para impedir que desapareçam vinte nascentes existentes no local, com a construção de um condomínio residencial. Essas nascentes estão em uma área de quase 200 mil metros quadrados, conhecida como a Mata do Planalto, um dos últimos redutos com vegetação remanescente da mata atlântica da capital do Estado. O movimento tenta barrar o pedido de licença prévia, que aguarda votação no Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), para a implantação de um projeto de quatro condomínios de alto luxo que incorporariam parte da sua biodiversidade como atrativos econômicos para valorizar os planejados os oito edifícios planejados, com duas torres e quinze andares cada. (foto 5)

Foto 5: Folder de divulgação do movimento Salve a Mata do Planalto



Fonte: <<https://www.facebook.com/salveamatadoplanalto/photos/a.1436098513289151.1073741825.1436096536622682/1725632034335796/?type=3&theater>> Acesso: 31 maio de 2016

3.4. Salve a Serra da Gandarela

A Serra da Gandarela é um dos últimos remanescentes intactos do Quadrilátero Ferrífero, região do Estado de Minas Gerais, conhecida pelo suas reservas de minério de ferro. O movimento "Salve a Serra da Gandarela" se organizou na tentativa de impedir a devastação da área, em função do anúncio da abertura de mais uma mina na região, a Mina Apolo. A preocupação do grupo reside, não apenas da vegetação existente ali - composta por biomas diversos, como Mata Atlântica, Cerrado e ainda a vegetação de canga, típica de locais onde há minério -, mas sobretudo, pelo fato de que "onde há minério, há água". Na Serra da Gandarela nascem importantes mananciais que abastecem as bacias do Rio Doce e do São Francisco. Os impactos da mineração sobre esses mananciais serão irreversíveis e não se sabe o que pode acontecer até mesmo com o fornecimento de água para Belo Horizonte.

Foto 6: Folder de divulgação do movimento Salve a Serra da Gandarela



Fonte: <https://www.facebook.com/SalvemASerraDoGandarela/photos/a.370623362998028.84389.370619006331797/980018522058506/?type=3&theater>

3.5. Parque Augusta

Em de julho de 2013, um grupo de jovens se envolveu em uma luta em favor da regulamentação do Parque Augusta, em São Paulo, e da defesa dos direitos já adquiridos, incrementada pelo iminente vencimento da Declaração de Utilidade Pública, que sinalizava a intenção de desapropriação por parte do poder público e garantia à Prefeitura a preferência de compra em uma eventual negociação. Trata-se de um terreno de 24.000 metros quadrados, que abriga uma grande área verde, localizado em área nobre da cidade de São Paulo, e, por isso, atraente também para os interesses imobiliários da região.

O primeiro grupo de defensores do parque, inicialmente composto apenas por moradores da região, ganhou a adesão de novos atores da cidade, como também de fora dela, adquirindo, com isso, uma dimensão urbana e cosmopolita, com boa repercussão nas mídias oficiais.

As ações do movimento são construídas em assembleias abertas, organizadas de forma horizontal e autogestionada, por meio de grupos de trabalho colaborativos. Dentre as estratégias de organização e divulgação do grupo está a realização de festivais artísticos, fóruns acadêmicos, debates abertos, passeatas e vigílias, além de uma pesquisa ampla e

rigorosa para a construção de uma forte argumentação jurídica e ambiental, usada nos processos de disputa do parque

Foto7: Manifestação do movimento Parque Jardim Augusta



Fonte: <https://www.facebook.com/movimentoparqueaugusta/photos/a.222678644552051.1073741828.222437404576175/268862813266967/?type=3&theater>

3.6. Ocupe Estelita

O Cais José Estelita é composto por uma área de cerca de 101,7 mil metros quadrados, com um pátio ferroviário e uma série de armazéns de açúcar abandonados pelo poder público. O local, apesar de abandonado, faz parte da história de Recife, sendo um dos cartões postais e um dos poucos espaços públicos que restam na capital pernambucana.

Entretanto, a sua demolição está prevista, desde 2008, em função do projeto "Nova Recife", um consórcio de grandes construtoras, que planeja para a área a para construção de prédios comerciais e residenciais. O projeto visava construir mais de 12 torres residenciais e comerciais de alto padrão, com até 40 andares (apartamentos de R\$400 mil e R\$1 milhão), além de estacionamentos para cerca de cinco mil veículos.

O plano causou indignação em grande parte da população, e, desde 2012, o movimento Ocupe Estelita se articula na luta contra a destruição desse marco da cidade, contando, inclusive, com a participação de advogados, arquitetos, sociólogos, artistas, professores, engenheiros, estudantes, médicos, administradores, publicitários, jornalistas, designers e antropólogos, entre outros.

Na pauta do movimento, a luta é pela preservação dos galpões, com a inclusão popular nas decisões relativas às definições das oportunidades para a área do centro-sul da capital pernambucana; do respeito ao meio ambiente e do investimento imobiliário responsável. O apoio grande de artistas e músicos da cidade e de outras partes do país deu uma visibilidade grande ao movimento.

Apesar de toda a mobilização social, em 2014 o Consórcio Novo Recife deu início à demolição do cais, em uma operação empreendida na calada da noite. Apesar da tentativa de trabalhar na surdina, as obras chamaram a atenção de alguns integrantes do movimento, que se organizou para passar a noite no local, na vigília contra a derrubada dos armazéns. O acampamento atraiu mais pessoas e acabou durando 58 dias. A pressão resultou na

abertura do diálogo da prefeitura com os ativistas para a negociação do projeto Novo Recife.

Foto 8: Folder de divulgação do movimento Ocupe estelita



Fonte: <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838.1073741828.320033178143669/569052443241740/?type=3&theater>

3.7. Espaço comum Luiz Estrela

Em 2013, um grupo de artistas, preocupado com os poucos espaços abertos à diversidade cultural, decidiu ocupar um casarão antigo, localizado na área hospitalar da cidade de Belo Horizonte. O imóvel escolhido foi construído em 1913, e após ter sido sede do primeiro hospital militar de BH (Hospital Militar da Força Pública), e, em seguida, tornou-se um Hospital de Neuropsiquiatria Infantil e o Instituto de Psicopedagogia, estando abandonado desde 1994.

De acordo com os integrantes do coletivo, alguns fatores foram importantes para a definição da ocupação desse edifício: o tempo de abandono (cerca de 20 anos), a titularidade do domínio (o imóvel é público estadual), a localização central, o fato de ser um bem tombado pelo patrimônio histórico e cultural em acelerado processo de degradação e a existência de um hospital psiquiátrico infantil ao lado, o que permitiria um trabalho no campo da loucura, na perspectiva antimanicomial.

O movimento conta com o apoio dos movimentos sociais, com assessoria jurídica popular com experiência em ocupações urbanas e com a assessoria de profissionais com experiência em Patrimônio Histórico. Após uma campanha exitosa de arrecadação de recursos, por meio de financiamento colaborativo feito pela internet, foi feito o escoramento da cobertura e de algumas paredes do casarão. Em 2014, houve uma negociação com o poder público, na qual ficou acertada a concessão do uso do casarão pelo coletivo do "Espaço comum Luiz Estrela". O grupo pode, assim, desenvolver um projeto arquitetônico, para a restauração e adequação do imóvel às suas necessidades, e tenta atualmente arrecadar mais recursos para a execução das propostas desenvolvidas. Vale dizer, que o referido projeto foi elaborado pelos integrantes do coletivo, com apoio voluntário de profissionais especializados.

Foto 9: Ocupação do casarão por ativistas do Espaço Comum Luiz Estrela



Fonte: <https://www.facebook.com/espacoluizestrela/photos/a.589433654457977.1073741825.589433144458028/784975981570409/?type=3&theater>

3.8. Ocupações urbanas do Barreiro: Eliana Silva e Paulo Freire

As ocupações de terrenos ociosos ou de prédios abandonadas nos centros urbanos são atualmente um fenômeno forte e de grande repercussão no Brasil. Pode-se afirmar que essas ocupações configuram um movimento contra-hegemônico e de invenção biopotente pela moradia, e, como tal, atuam como resistência a uma organização fundiária excludente e a políticas institucionais que não deram conta de romper com esse sistema de poder.

Quando a escolha da área é planejada, costuma-se optar por glebas e/ou lotes com problemas jurídicos, em uma intenção clara de expor uma mazela existente no seio do sistema fundiário urbano, tendo em vista estar na Constituição a primazia do direito à moradia em relação ao direito à propriedade.

A presença de técnicos não é condição para que as ocupações aconteçam, mas ela é vista pelos integrantes do grupo como positiva, e pode acontecer até mesmo antes das ocupações se efetivarem, na escolha da área a ser ocupada e sua divisão em lotes, como foi o caso das Ocupações Eliana Silva e Paulo Freire, ambas localizadas em Belo Horizonte, na região do Barreiro. Entretanto, há também aquelas situações que o movimento simplesmente acontece – no dizer de Frei Gilvander, militante da causa da moradia, “a pobreza chega antes” –, como foi na região da Izidora, também nesse município.

As ocupações configuram, sob nosso ponto de vista, ações que se produzem na construção do comum dentro das cidades, tendo em vista que são engendradas nas brechas do poder instituído, denunciando a própria fragilidade e as contradições das instituições. Ao ocuparem os terrenos, evidencia-se imediatamente que a propriedade não está cumprindo a sua função social, como deveria, de acordo com a própria Constituição do país. Ao resolverem por conta própria o abastecimento da água e luz, demonstram que o saber/poder sobre essas instalações não está limitado às concessionárias. (LOPES, 2015)

Foto 10: Imagem do google das ocupações urbanas do Barreiro



Fonte: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/parque-das-ocupacoes/>

4. NATUREZA VERSUS URBANO

No referido seminário, pudemos observar que vários dos desafios encontrados por todos os grupos são muito similares, e que muitos deles são derivados de dicotomias criadas pela modernidade (LATOURE, 1994), para as quais a distinção entre o verdadeiro e o falso era atribuição ora da ciência, ora da política. Vale uma breve contextualização dessas contradições.

4.1. Do cosmo ao duo

Antes da Idade Moderna, não havia, de modo regular, uma disjunção entre técnica e cultura ou uma real disputa de valor entre ambas. Parece possível afirmar, antes, que uma modela a outra, que a interação entre as formas simbólicas permite estabelecer agenciamentos diversos para a motricidade dos gestos, que organizam conexões e informam novos esquemas ao pensamento. É no ciclo de um diálogo entre forma e fundo “que a mão se liberta de seu atavismo biológico e o pensamento se vê livre de sua abstração imanente” (LOPES, 2006, p.103).

A separação entre gestos e pensamentos, mão e cérebro, não se deu pela ordem do biológico ou de uma evolução “natural”. A disjunção entre técnica e cultura se iniciou a partir do momento em que novos valores foram se instalando, entre eles o conhecimento científico e o humanismo, os quais acabaram funcionando como pontos de sustentação para o estabelecimento de uma nova lógica de produção. A mudança que ocorreu na relação que havia até então entre o homem (que deixa de ser exclusivamente portador de ferramentas) e os objetos que fabricava teve, justamente, no novo modo de transformação da matéria (processo de individuação do objeto técnico), o desencadeador dessa mudança. Converte-se, assim, em abstração, como afirma Lopes (2006), não o objeto, mas o modo como ele passa a ser produzido.

Também, na transição da Idade Clássica para a Idade Moderna, o novo modo de produção transformou o entendimento do que seja trabalho e trouxe uma nova concepção sobre divisão do trabalho, associada, desde então, a uma hierarquização social. Antes desse momento, a separação das funções dentro de uma mesma atividade estava vinculada à distribuição de tarefas, feita de acordo com as diferentes habilidades postas em jogo, ou

seja, o objetivo da divisão era a cooperação entre os indivíduos envolvidos naquela atividade.

A progressiva disciplinarização dos saberes provocou, ao longo dos anos, uma excessiva especialização e hierarquização no funcionamento das práticas profissionais hegemônicas relativas à produção do espaço, o que desencadeou uma busca pela rearticulação dos técnicos envolvidos, por meio, principalmente, de programas de gestão e gerenciamento que visam a melhoria da interlocução e a agilização do trabalho de toda a equipe.

Com o crescente entendimento de que o mercado seja um bom balizador entre as competências, a produção arquitetônica hegemônica passou a ter o seu foco no edifício, ou seja, no objeto arquitetônico como mercadoria. Uma das consequências negativas dessa abordagem pode ser identificada na redução das questões urbanas ao entorno imediato do terreno no qual será construído esse edifício, para se tirar partido desse entorno, conseguindo a melhor vista, a melhor insolação e a melhor ventilação. Na maior parte das vezes, nada é dado em troca, e a cidade só perde com os edifícios que acabam lhe tirando o sol, derrubando as árvores, congestionando as ruas, e ignorando seus espaços de convivência. Afirma-se assim uma relação predatória do edifício com a cidade, materializada, normalmente de forma ostensiva, através das barreiras construídas entre ambos, seja sob a forma de muros altos, de cercas elétricas ou de guaritas.

O urbano é, desse modo, incorporado ao projeto basicamente por meio da lei, que, apesar de ter sido elaborada para conciliar os interesses coletivos dos municípios, pode ser transformada, como toda lei, em instrumento esvaziado de sentido para os próprios cidadãos. Reforça-se, assim, cada vez mais, a transformação da edificação em mercadoria, cuja produção é gerenciada sob uma lógica de trabalho regida pela economia dos meios e eficiência técnica, sendo totalmente ignorada sua relação com questões sociais e políticas.

4.2. Do duo ao uno

Na contemporaneidade, entretanto, pode-se falar de um domínio da lógica produtivista do mercado na validação do que seja eficiente, importante e necessário, configurando, assim, um novo capitalismo, de ordem cognitiva e corporal, cujo campo de ação e de extração da mais-valia extrapolou o território da fábrica e o tempo do trabalho. Seu espaço agora é a metrópole e sua ação é em tempo integral. (HARDT, NEGRI, 2004).

Se a modernidade separou o que antes era percebido em sua dimensão cosmológica, agora podemos inferir que há um predomínio de uma só dimensão, a do capital, que vigora também na ciência e na política, em uma tentativa de se apagar qualquer abordagem mais complexa sobre a vida. A dicotomia empobrecedora entre natureza e sociedade foi substituída por uma unificação não menos perversa, identificada, por exemplo, por uma urbanização extensiva (MONTE-MOR, 2008), por uma cultura associada exclusivamente a museus e galerias, e por uma moradia cujo valor de troca supera o valor de uso, sendo reduzida, assim, a uma mercadoria.

5. NATUEZA URBANA E PRODUÇÃO DO COMUM¹

Retornando com Latour, a modernidade não seria uma época, mas uma atitude, para qual a distinção entre natureza, cultura, técnica foi necessário a instituição de duas práticas opostas: a purificação e a tradução. Na primeira, houve a geração de duas zonas ontológicas, os humanos e não humanos, ou seja, os sujeitos e os objetos. A mistura e os

¹ Grande parte deste tópico NATUEZA URBANA E PRODUÇÃO DO COMUM fez parte de um artigo escrito para o seminário *Cidades Verdes no III SIMPÓSIO NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE CIDADE e II ENCONTRO TÉCNICO E CIENTÍFICO PARA CONSTRUÇÃO DE CIDADES VERDES*.

híbridos seriam possíveis apenas a partir da tradução. Enquanto se acreditou ser possível abordar o mundo por meio dessa operação, éramos todos "modernos". Entretanto, a indissociabilidade dessas práticas e a dificuldade de se abordar os híbridos a partir exclusivamente da purificação, paradoxalmente, provocou a proliferação desses híbridos, e, conseqüentemente, a crise da modernidade. (LATOURE, 1994)

Dentro do contexto contemporâneo, apresenta-se uma questão que possui caráter de urgência: é preciso atuar contra-hegemonicamente à lógica de expropriação dos espaços verdes nas cidades. Desde 1972, quando data a Conferência de Estocolmo, o tema ambiental apresenta-se como urgente para se pensar o desenvolvimento urbano no âmbito mundial. Porém, visto as diferentes posições e os conflitos geopolíticos acerca do modelo de desenvolvimento a se adotar, no Brasil pouco se obteve de efetivo a partir de tal conferência.

Segundo Monte-Mór (2008), o impacto real de uma consciência que dissolva a dicotomia campo/cidade sobre o ambiente construído nas aglomerações metropolitanas ainda deixa ainda muito a desejar. É bastante comum compreender as áreas urbanas como espaços mortos e ao mesmo tempo considera-se que é campo de estudo dos arquitetos, urbanistas, cientistas sociais e afins. Por outro lado, as áreas consideradas rurais seriam as regiões ameaçadas pelo desenvolvimento e, portanto, deveriam ser defendidas e preservadas, tornando-se área de pesquisa e prática dos ecologistas e ambientalistas. Esta dicotomia campo X cidade prejudica um avanço teórico e/ou prático nos modos de imaginar e propor cidades nas quais o território urbano, e seu ambiente construído, fosse também pensado dentro de uma lógica ambiental, não somente entendendo que é preciso mais árvores, praças e parques, mas sim, que todo o espaço poderia possuir uma rica biodiversidade entranhada e hibridada nos seus "concretos". Acredita-se, portanto, que se fugirmos desta lógica dicotômica, poderíamos abrir um vasto campo para reverter a lógica da urbanização extensiva pela lógica da "naturalização extensiva" (MONTE-MÓR, 2008).

A ideia de que a terra é ilimitada e que deve ser explorada para se fazer justiça social deve ser implodida tanto do ponto de vista científico quanto político. Recentes estudos demonstram que a condição de precariedade ambiental nas metrópoles (com a falta de água e o aumento da temperatura) tende a piorar e a alcançar índices desastrosos.

Além da dicotomia clássica entre cidade e campo, dentro do próprio universo do urbanismo, também há outra frente dicotômica que prejudica o avanço de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida nas cidades. Esta outra dicotomia diz respeito às diferentes pautas básicas entre movimentos sociais, que defendem o desenvolvimento a todo custo dentro da lógica "tudo para todos", e movimentos ambientalistas, que alertam "não há planeta B", contra o projeto desenvolvimentista que vem destruindo o planeta.

Apesar (ou por causa) do avanço do capitalismo contemporâneo sobre os bens comuns da metrópole, aos poucos se configuram novas lutas em defesa dos comuns urbanos, sejam eles artificiais ou naturais. Alertando contra o processo acelerado de degradação ambiental urbana, surgem e crescem movimentos pelo verde em todo mundo. Mas estes movimentos surgem atualmente como multitudinários, hibridando o discurso ambiental ao social já que, a cada dia, percebe-se com muita nitidez que o neoliberalismo atua nas metrópoles (e em todo território urbano, o que engloba também o campo) expropriando o comum. Não há mais como esconder que essa lógica de expropriação do comum está na base do Estado-capital Imperial e que essa dicotomia vem aos poucos perdendo o sentido, ou seja, os movimentos sociais, ambientais e também os culturais sabem que é preciso somar as forças englobando a defesa de todos os comuns, tanto os naturais quanto os artificiais. É neste sentido que a luta biopolítica das resistências multitudinárias vem se tornando fortemente hibridada por diversos movimentos com pautas múltiplas, demonstrando que a luta pela

biodiversidade da natureza urbana envolve fortemente o desejo de manutenção e ampliação dos espaços de sociabilidade e encontro cidadão.

Acredita-se que a metrópole é a nova fábrica e, portanto, é o lugar da produção das forças vivas expropriadas cotidianamente pelo sistema produtivo do capitalismo contemporâneo que atua intensamente na metrópole biopolítica. Expropria-se, tanto a produção em comum, coletiva e criativa, quanto os bens comuns urbanos, mais especificamente os bens comuns naturais (parques, praças e afins). (RENA, MAIA, PENA: 2015)

“Um imenso depósito de riqueza comum é a metrópole mesma. A formação das cidades modernas, tal como explicam os historiadores da cidade e da arquitetura, esteve intimamente vinculada ao desenvolvimento do capital industrial. A concentração geográfica dos trabalhadores, a proximidade dos recursos e de outras indústrias, dos sistemas de comunicação e de transportes, assim como as demais características da vida urbana, são elementos necessários para a produção industrial. Ao longo dos séculos XIX e XX, o crescimento das cidades e das qualidades do espaço urbano estiveram determinados pela fábrica industrial, por suas necessidades, ritmos e formas de organização social. Sem dúvida, hoje assistimos a um deslocamento da *metrópole industrial* para a *metrópole biopolítica*. E na economia biopolítica existe uma relação cada vez mais intensa e direta entre o processo de produção e o comum que constitui a cidade. Desde então, a cidade não é somente um habitat urbanizado feito de edifícios, ruas, subterrâneos, parques, sistemas de esgoto, e cabos de conexão, mas sim também uma dinâmica viva de práticas culturais, circuitos intelectuais, redes afetivas e instituições sociais. Estes elementos do comum contidos nas cidades não somente são pré-requisitos da produção biopolítica, mas também são resultado; a cidade é a fonte do comum e o receptáculo por onde este flui. (...) Uma lente para reconhecer a riqueza comum da metrópole e os esforços para privatizá-la proporciona a ela uma economia da propriedade imobiliária urbana, um campo que precisa uma urgentíssima desmistificação.” (HARDT, NEGRI, 2011, p.166)

6. TÁTICAS E ESTRATÉGICAS BIOPOTENTES

Durante o referido seminário, constatamos que várias das estratégias adotadas pelos movimentos são muito semelhantes e que, diante de um capitalismo cognitivo, é necessário e urgente que as resistências também sejam cognitivas e afetivas. Ilustraremos essa observação, comparando as estratégias dos movimentos já descritos.

6.1. Os nomes da luta

Dentre as estratégias comuns, identificamos que a substituição de nomes e termos é recorrente e feita no intuito de infiltrar e subverter entendimentos cristalizados, seja pela tradição, seja pela mídia hegemônica da atualidade.

Por exemplo, o movimento "Salve a Serra da Gandarela" propõe que o "quadrilátero ferrífero", região demarcada assim pela presença de jazidas de minério de ferro no estado de Minas Gerais, seja renomeado para "quadrilátero aquífero", afirmando assim, que além do minério, há ali uma outra fonte de riqueza natural, a água, tão importante quanto o ferro, ou até mais, tendo em vista que os tempos atuais são marcados pelo aquecimento global. A mudança de nome não é apenas semântica ou cognitiva, mas, principalmente, simbólica, e permite respaldar os argumentos construídos para a proteção da Serra da Gandarela .

O movimento "Fica Ficus" também faz uso da mesma estratégia, incorporando no seu discurso o termo "floresta urbana", a partir do qual garante uma dimensão maior para a sua luta, transformando uma disputa, que poderia ser reduzida a uma escala de avenida, em uma escala urbana.

A mesma preocupação pode ser identificada na "Mata do Planalto", também conhecida como "Mata do Maciel". Para os integrantes do movimento que luta pela preservação da mata, a afirmação do primeiro nome é importante para fortalecer a idéia que há ali, no "coração" do bairro, uma importante vegetação nativa a ser mantida e cuidada. Por sua vez, na segunda denominação, supõe-se a existência de uma propriedade privada particular, cuja futuro poderia ser definido por uma só pessoa.

Também nos movimentos de luta pelo direito à moradia, o termo "invasão", usado pelo poder público ao se referir à posse de terrenos abandonados por integrantes do movimento, é substituído pelo termo "ocupação". Para ilustrar essa inversão, um dos ativistas do movimento afirma que, quando uma cadeira está sem ninguém sentado por muito tempo, qualquer um pode usá-la, e isso se chama ocupar. Diferente da situação de quando alguém está sentado em uma cadeira e outra pessoa a retira dali para se sentar no seu lugar, : isso é "invasão".

O mesma estratégia foi usada pelo movimento Ocupe Estelita, que construiu um discurso e uma narrativa sobre a importância da "função social da cidade", ampliando, assim, a discussão em torno da "função social da propriedade", prevista na constituição brasileira, e ignorada sistematicamente no cotidiano das cidades.

6.2. Ativismo: Arte política e Redes sociais

Todos os movimentos representados no seminário tem uma interlocução política com a arte, no uso de uma tipografia tática ou nas cores escolhidas para as logos dos movimentos ou nos posters dos seus eventos (fotos 11 e 12).

Foto 11e 12: Logomarcas do parque Jardim América e do Fica ficus



Fonte: < http://naturezaurbana.indisciplinar.com/?page_id=316 > Acesso: 31 maio de 2016

Também são comuns as intervenções artísticas produzidas pelos integrantes dos movimentos, como por exemplo a "bolha imobiliária", construída para permitir que as pessoas pudessem atravessar ou até mesmo "nadar" nos rios poluídos da cidade do Recife (foto 13).

Foto 13: Evento "bolha imobiliária" na Praia do Capibaribe



Fonte: <<http://www.vakinha.com.br/VaquinhaP.aspx?e=192820>> Acesso: 31 maio de 2016

O mesmo grupo criou um vídeo "Recife, cidade roubada"², que foi postado no Youtube, e, consequentemente, circula pela internet, difundindo as críticas ao projeto "Novo Recife", como também colocando na rede uma discussão maior, sobre políticas públicas excludentes, pautadas pela lógica do automóvel e do consumo, negociadas e definidas com as mesmas empresas do mercado que financiam as campanhas dos políticos que ocupam cadeiras no poder legislativo e executivo dos municípios, tanto no Recife, como em tantas outras cidades brasileiras.

Além dos eventos artísticos, festas e piqueniques são produzidos no intuito de agregar mais integrantes e/ou simpatizantes ao movimento. Esses eventos são amplamente divulgados nas redes sociais, obtendo assim uma visibilidade que independe das mídias hegemônicas para atingir um público maior, e, em algumas das vezes, acabam tendo que ser noticiadas por essas mesmas mídias, tendo em vista a amplitude que tais eventos conseguem atingir. (foto 14)

Foto 14: evento organizado no Espaço Comum Luiz Estrela



Fonte: <<https://www.facebook.com/espacoluizestrela/photos/a.592913334110009.1073741830.589433144458028/915600831841256/?type=3&theater>> Acesso: 31 maio de 2016

6.4. Aproximação com a universidade e/ou com os coletivos independentes

Em alguma medida, todos os movimentos de resistência têm parceria com as universidades. O grupo Indisciplinar, por exemplo, que vem atuando diretamente no design, desenvolvimento e manutenção de wikis, blogs, fanpages, mapas georreferenciados,

²< https://www.youtube.com/watch?time_continue=422&v=dJY1XE2S9Pk > Acesso: 31 maio de 2016

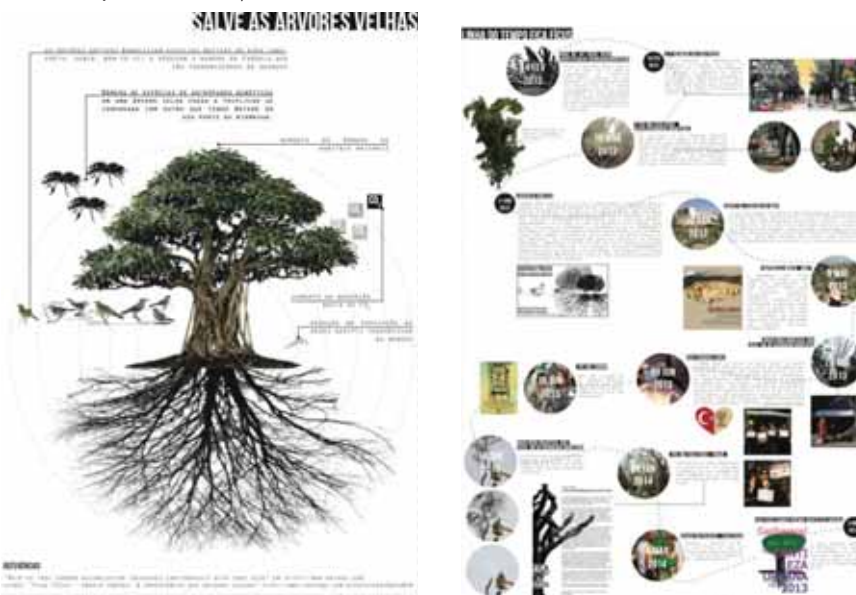
projetos gráficos, infográficos, fanzines, cartilhas, dentre outros. O potencial das tecnologias de informação e comunicação (TICs) é usado para discutir, numa abordagem prática e cotidiana, técnicas, metodologias e políticas de empoderamento e autonomia de ações coletivas que enriquecem a vida urbana contrapondo processos de alienação cidadã. Desse modo, a construção de tecnopolíticas por meio de processos de democratização garante a neutralidade das conexões dadas no sistema urbano. Essa metodologia sistêmica de trabalho sempre busca eleger práticas culturais de tecnopolíticas e urbanismo entre pares, e portanto a importância de mapas colaborativos. A parceria nesses moldes aconteceu junto ao Fica-Ficus, Parque Jardim América e na Mata do Planalto. (fotos 15, 16)

Além dos arquitetos, no movimento Fica Ficus a presença de biólogos foi fundamental para se investir em soluções alternativas àquelas oferecidas pelo poder público, no combate à "mosca branca".

Nas ocupações urbanas do Barreiro, a ação de profissionais da Geografia, ligados à pauta da agricultura urbana, está permitindo que a construção de uma horta comunitária na Ocupação Paulo Freire.

É recorrente também o apoio aos movimentos partindo de grupos ligados à faculdades de Direito ou de coletivos de advogados populares. A presença desses profissionais ali é de grande importância para a construção jurídica do processo, como no caso do Parque Augusta, na busca cartorial de todos documentos relativos à área do conflito. O mesmo ocorre com frequência nas ocupações urbanas de luta pela moradia, onde a presença dos advogados em alguns casos começa antes da ocupação, na escolha do terreno que se pretende ocupar, a partir da verificação do histórico do seu abandono, eventuais processos de grilagem, e inadimplências no pagamento dos impostos.

Fotos 15, 16: Posters/cartilhas do Fica Ficus



Fonte: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/?page_id=383> Acesso: 31 maio de 2016

6.5. Processos autogestionários

Todos os movimentos citados se organizam de forma autogestionária, buscando de forma horizontal a solução para os desafios encontrados. Além da participação voluntária de seus

integrantes, contam com o apoio de algumas instituições, como as universidades e coletivos formados por profissionais populares, ou seja, sem a geração de custo para os movimentos.

Entretanto, muitas das ações exigem um aporte financeiro, e, para obtê-lo, os grupos promovem financiamentos coletivos entre os integrantes ou, em situações cujo aporte é maior, recorrem aos crowdfunding organizados na internet. Esse foi o caso das obras de restauração do Espaço Comum Luiz Estrela, que para salvar o Casarão, buscou arrecadar recursos para bancar um escoramento da estrutura. Com o apoio de quase oitocentos colaboradores, o movimento obteve R\$45.000,00, três dias antes do término da campanha. (foto 17)

Foto 17: Folder de divulgação do financiamento colaborativo do Espaço comum Luiz Estrela



Fonte: <<http://catarse.me/pt/espacocomumluizestrela>> Acesso: 31 maio de 2016

Outro recurso usado por vários dos movimentos é a realização de eventos, festas e/ou feiras de trocas, nos quais se arrecada uma verba para financiar as demandas mais cotidianas, desde a impressão de material gráfico, materiais e equipamentos para a limpeza do imóvel ocupado -Espaço comum Luiz Estrela, ou mesmo construção de pequenos aparatos importantes para a divulgação do movimento, tais como banners e instrumentos do bloco carnavalesco Parque JA, vinculado ao "Salve o Parque Jardim América". (foto 18)

Foto 18: Folder de divulgação da reunião para planejamento do Espaço comum Luiz Estrela



Fonte: <<https://www.facebook.com/espacoluizestrela/photos/a.589439317790744.1073741828.589433144458028/963779607023378/?type=3&theater>> Acesso: 31 maio de 2016

No caso das Ocupações urbanas, todas as ações são autofinanciadas, tendo em vista que são ocupações autoconstruídas, ou seja, a abertura das ruas, construção das casas e dos demais equipamentos coletivos são executadas e pagas pelos próprios moradores. A obtenção do lote por um ocupante é possível mediante participação no processo de ocupação do terreno, considerando-se a dura prova de resistência aos desafios encontrados – tensão com a polícia ou mesmo frio e chuvas eventuais. Para aqueles que aderem à ocupação após o período de maior tensão, a moeda para se adquirir o lote pode ser revertida em participação de passeatas e/ou assembleias regulares organizadas pela coordenação.

7. DESAFIOS

Além das estratégias e táticas comuns que permitem os avanços obtidos nos movimentos de resistência biopotentes, durante o seminário, pudemos identificar dificuldades e desafios que se repetem.

O primeiro diz respeito ao esvaziamento dos movimentos ao longo do tempo, em função da dificuldade dos integrantes em conciliar vida pessoal e profissional com a agenda dos movimentos, além da manutenção financeira das ações que se pretende articular. O movimento "Fica Ficus" hoje em dia está praticamente reduzido a três integrantes, ou seja, pouca gente para "carregar o piano", como disse a representante do movimento na sua apresentação no seminário, referindo-se nessa expressão à dificuldade para conseguir quem de fato assumia o trabalho militante.

A segunda dificuldade se refere aos conflitos internos entre os integrantes, como por exemplo, o desafio constante em manter uma autogestão horizontal, ou, como disseram os integrantes do "Espaço comum Luiz Estrela", o "peso do comum". Para eles, "tudo que tranca trinca", ou seja, há uma grande dificuldade do grupo em manter seus pressupostos iniciais, com poucos recursos e com pouca gente disponível e disposta a se dedicar integralmente à ação militante, em seus aspectos práticos.

A "hipsterização" dos movimentos também é um desafio a ser enfrentado, visto que sua transformação em espaços que agrega pessoas da cidade atraídas por modismos pode contribuir para o esvaziamento da pauta política.

Por fim, o desafio maior se refere ao peso do autofinanciamento. As ocupações urbanas, por exemplo, reivindicam que o Estado reconheça o território ocupado como parte integrante da cidade, e, conseqüentemente, seja inserido nas responsabilidades e prioridades das políticas públicas do município, e, conseqüentemente, receba os devidos benefícios a que tem direito. No caso das ocupações urbanas do Barreiro, a instalação da rede de distribuição de água não significa apenas o abastecimento de água tratada, mas também resulta em um endereço oficial aos seus moradores, garantindo, assim, acesso aos serviços públicos básicos, como atendimento aos postos de saúde e escolas do bairro.

Diante desse fato, ficamos com uma difícil questão a ser enfrentada: como construir processos autônomos e autogestionários sem perder o apoio necessário do Estado? É possível incorporar pautas legitimadas por esses movimentos e transformá-las em política pública? Afinal, que Estado queremos?

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte do processo cartográfico, a produção do conhecimento de todas as pesquisas extensionistas do grupo Indisciplinar tem como objetivo principal gerar tecnologia social.

Neste sentido, o método e os processos de investigação partem do encontro cotidiano entre universidade, movimentos sociais, culturais e ambientais envolvidos nas lutas territoriais e desdobram-se em múltiplos campos de ação compartilhados em rede: participação em reuniões, representações em Ministério Público, qualificação do debate para audiências públicas, produção de monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, trabalhos de conclusão dos cursos de graduação, projetos de pesquisa e extensão, disciplinas que participam do cruzamento destes projetos com os movimentos, produção de artigos científicos, eventos e ocupações culturais. (RENA, MAIA, PENA: 2015)

Assim sendo, logo após o seminário, uma disciplina foi oferecida no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG como desdobramento das discussões discutidas ali. O objetivo da disciplina foi o de aproximar as questões que envolvem a luta pela moradia engendrada nas Ocupações Urbanas do Barreiro das pautas que regem a luta pela verde na cidade, tendo em vista a grande área de preservação ambiental vizinha dessas ocupações. A partir de uma cartografia colaborativa feita com a participação dos moradores, os alunos puderam desenvolver propostas para o território, visando a "contra-invasão" do verde na ocupação, considerando a hibridação do verde natural da reserva, com o verde produtivo identificado nas hortas, pomares e jardins cartografados nos quintais e frentes das casas.

O próximo passo agora é transformar as propostas da disciplina em ações do grupo de extensão, seja por meio de mutirões e ações autogendradas e autofinanciadas, seja na busca pela inserção desse território na discussão de uma política pública ambiental a ser pleiteada para a região.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao apoio aos nossos programas e projetos: ao PRPq e ao PROEX da UFMG; à Fapemig; ao CNPq e ao IFMG Campus Santa Luzia, assim como à Fundação Ford. Agradecemos também a todos os pesquisadores do Indisciplinar e aos ativistas que participam de nossas redes de atuação, que tornam todos os nossos trabalhos coletivos e estão presentes em nossas cartografias de múltiplos modos.

BILIOGRAFÍA

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Hardt, M. (2012). *As duas faces do Apocalipse: uma carta de Copenhague*. Revista Lugar Comum. 47- , 2012

Hardt, M.; Negri, A. (2009). *Commonwealth*. El proyecto de una revolución del común. Madrid: Akai, 2011.

(2005) *Multidão. Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Latour, B. (1994). *Jamais fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

Lopes, J. M. A. (2006) *Em memória das mãos. O desencantamento da técnica na arquitetura e no Urbanismo*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=992>. Acesso: fevereiro de 2013

Lopes, M.S.B. (2015) *Artesanias Construtivas e urbanas: por uma tessitura de saberes*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9WRGLR>>. Acesso: 31 maio de 2016

Monte-Mór, R.L. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper34.pdf>>, Acesso em: 31 de maio de 2016

Rena, N., Maia, M., Pena, O. *Cidades Verdes*, v.03, n.07, 2015, pp. 82-99. Disponível em : <<http://naturezaurbana.indisciplinar.com/120-2/>>. Acesso : 25/05/2016